
OS ESPAÇOS FÍSICO E SOCIAL NO COMUNITARISMO EM BARROSO

João Nuno Vilhena Gusmão

Licenciatura em Geografia e Planeamento da Universidade do Minho

1. Introdução

Desde os primórdios de uma existência básica e pouco mais que animalesca que o Homem procurou transformar aquilo que potencialmente seria adverso à sua existência ou evolução, de forma a substituir uma contrariedade num factor de proveito, produzindo sempre mais do que uma simples adaptação às diversas condições encontradas. A menção de uma “existência animalesca” não pretende aqui observar patamares qualitativos de progressão tecnológica ou quaisquer comparações entre etapas de evolução, apresentando-se somente como uma distinção que se pretende óbvia e absolutamente necessária, entre um mero instinto de sobrevivência e a capacidade desenvolvida para a organização de espaços físicos e sociais que permitissem uma estruturação e estabilidade de conjunto à proliferação de comunidades, cuja principal ocupação deixasse de ser a mera satisfação do instinto mais básico.

É um facto que as comunidades do Paleolítico e do Mesolítico, enquanto enquadradas num sistema recolector e de caça, supunham um determinado sistema social organizado. A própria estrutura de grupo impunha, de forma mais ou menos natural, essa estratificação para conseguir um funcionamento capaz e minimamente produtivo. No entanto, essa organização acabava exactamente onde as carências terminavam, pois a necessidade organizativa escoava-se com o adimplemento das básicas carências humanas ou animais. A organização de grupo implicava uma participação individual localizada e apontada exclusivamente para um satisfação primária e, acima de tudo,

imediata. A ideia de médio ou longo prazo nunca terá estado presente na organização destes grupos sociais, ao mesmo tempo que se tornará, de forma decretória, no objectivo mister das sociedades futuras.

Após a chamada *fase essencial da história das técnicas*, hoje apelidada de Neolítico, o sedentarismo do Homem levou a um emergir de convulsões sociais que originaram um variado número de formas organizadas ou organizacionais de sociedade. Até então, o próprio conceito de sociedade não poderia fazer parte de um qualquer vocabulário, pois a sua consciencialização não tinha sequer ocorrido.

Toda e qualquer questão organizativa está, e sempre esteve, dependente de excedentes. A constituição de uma sociedade de matriz mais complexa advém de uma produção de excedentes que admitam a concepção de ideias como *longo prazo* e *médio prazo*. Aliás, a própria ideia de *prazo* traduz em si mesma uma capacidade de abstracção significativa que supera em larga escala todo e qualquer sentimento de satisfação que se encontre cingido a um círculo de necessidades básicas ou primárias. A ideia de uma sociedade neolítica pressupõe exactamente um objectivar de prazos, na medida em que a sedentarização provoca ou vai provocar um esforço imediato e continuado, perene de aspirações futuras e com o intuito de um melhoramento constante e localizado num tempo relativamente próximo. Só assim se comprehende o acto de semear um campo ou levar a cabo a domesticação de animais e o seu consequente aproveitamento, quer fosse para produção de carnes ou utilização de força bruta. A ideia de semear um campo, com vista à recolha sucessiva do seu fruto, afigura-se como uma das maiores conquistas do ser humano em toda a sua breve mas conturbada história. Aquilo que hoje se afigura como óbvio, por vezes não o era há dez anos atrás, quanto mais há dez mil... De facto, e à luz de uma razão pura mas isenta de raciocínio apoiado em experiências comprovadas, o acto de espalhar sementes, absolutamente indispensáveis para uma sobrevivência diária, num campo aberto, assemelha-se perigosamente a uma ideia de suicídio colectivo numa sociedade onde a sobrevivência diária significava porventura muito mais do que qualquer acto de realização pessoal, mesmo que este fosse encarado numa perspectiva de continuidade ou evolução social.

2. O Comunitarismo

O Comunitarismo, enquanto organização de sociedade, não foge às regras de evolução e transformação sofridas e causadas pelo Homem na sua constante luta de adaptação. Adaptação esta que pode ser entendida como um ajustamento das suas práticas às condições encontradas, bem como uma transformação do meio, mais ou menos sistemática, por forma a tornar viáveis quaisquer objectivos ou objectos de procura.

As práticas comunitárias, principalmente numa sociedade agro-pastoril, enquadraram-se num universo de necessidades quotidianas e têm como principal objectivo o colmatar de carências, quer nos meios de produção quer nos factores de produção. O facto de existirem práticas ou espaços assumidamente comuns ou comunitários está directamente relacionado com o objectivo da manutenção dos círculos individuais ou familiares. O desenvolvimento social e a produção de riqueza é o objectivo principal de toda a sociedade, trabalhando como um todo nesse sentido, mas só na medida em que esse crescimento de grupo ou generalizado é, de uma forma directa, encarado como um benefício individual. A organização comunitária pressupõe, através de toda a sua dinâmica, o benefício directo do indivíduo, não se compadecendo com ideais abstractos de bem-estar social ou desenvolvimento da sociedade. A comunidade existe e trabalha enquanto tal, para ágio dos seus elementos enquanto componentes individuais e particulares e não para um universo onde apenas se divisa o indivíduo como uma mera parte integrante do todo, subtraído de uma qualquer vivência que não seja comunal.

Desta forma, quaisquer semelhanças aparentes que possam ser entendidas com outros géneros de organização social, de tipo mais ou menos comunitário, são exactamente isso – aparentes. Têm sido feitas, ao longo dos tempos, algumas comparações mais ou menos felizes com teorias marxistas ou de carácter neo-liberal onde se procuram mais do que simples semelhanças na organização do espaço social entre estas e o

comunitarismo. É óbvio que as semelhanças existem e, por vezes, são por demais evidentes, o que por si só pode significar a existência de paralelismos teóricos ou práticas concordantes, mas não necessariamente uma ligação estreita ao nível da estrutura ou da sua organização espacial.

O Comunitarismo não tem que ver com uma distribuição de carácter igualitário do espaço físico total disponível ou com qualquer uma das suas partes integrantes. A questão de base não se identifica com quaisquer objectivos de justiça social ou com uma eventual distribuição equitativa dos recursos disponíveis. Esta mesma questão foi já abordada por Brian Juan O'Neill¹ em 1984, quando referia, na obra citada, os mecanismos de reciprocidade existentes nas práticas comunitárias. Aqui, este autor salientava que “(...) sob as estruturas aparentemente igualitárias dos turnos² e rotações se encontram, subjacentes, diferenças significativas em termos da posse de terra”. De facto, as relações comunitárias encerram em si, apesar das aparentes igualdades ou relações igualitárias, profundas desigualdades sociais, bem patentes na fruição dos baldios e nas trocas recíprocas de mão-de-obra. Quando da realização das *malhadas*, por exemplo, a prática comunitária mais usual era a utilização da *entre-ajuda* ou *ajuda-por-favor*, assentando ambas num regime de rotatividade do uso da mão-de-obra disponível. Em termos gerais pode ser entendida como uma calendarização das diversas *malhadas* de forma a que todos possam auxiliar e ser auxiliados por toda a gente. Aqui verifica-se um troca directa da força do trabalho, onde um determinado indivíduo participa activamente na *malhada* do seu vizinho, na expectativa de que este último retribuirá com a sua presença e, acima de tudo, com a força do seu trabalho, na altura em que se proceder à debulha do seu próprio cereal. No entanto, esta aparente igualdade

¹ - Brian Juan O'Neill - *Proprietários, lavradores e jornaleiras: desigualdade social numa aldeia transmontana*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1984, p.199

² - O termo *turno* foi aplicado pelo autor numa concepção mais alargada da reciprocidade no contexto comunitário. Assim, assumiu a definição de *roda*, como sendo “um movimento circular que envolve a maioria ou a totalidade das casas da aldeia”, definindo *turno* como sendo “uma «vez» na sequência de uma roda, ou uma troca dentro de uma rotação mais vasta.”

é só isso mesmo – aparente. Na realidade, nem sempre se verifica uma retribuição justa em termos de trabalho, atendendo ao tempo dispensado por cada uma das partes. Acontece, com relativa frequência, existir uma discrepancia de valores no que diz respeito à *quantidade* de trabalho a dispensar por cada um dos intervenientes no processo. As colheitas de cada casa³ são necessariamente diferentes, pelo simples facto de que cada casa também o é relativamente à sua vizinha. Nestes termos, ocorrem situações de carácter usual, que demonstram claramente as desigualdades que se revelam sob o universo das práticas comunitárias numa comunidade agro-pastoril. Se um determinado indivíduo obteve uma colheita de centeio que, digamos, levará um dia a concluir a *malhada*, vai, naturalmente, convocar os seus vizinhos para que o auxiliem nessa tarefa, dado que o universo familiar nunca, ou muito raramente, inclui mão-de-obra suficiente para levar a cabo semelhante tarefa. Os seus vizinhos acorrem à chamada, conscientes de que no dia seguinte chegará a sua vez de serem compensados com a presença, na sua própria *malhada*, daquele que hoje os chamou. Ora, alguns destes vizinhos que auxiliaram a que o cereal ficasse debulhado e devidamente armazenado num só dia, necessitam de, pelo menos dois dias para que a totalidade da sua colheita fique convenientemente arrecadada. Nestes termos, a reciprocidade do trabalho não recai sobre o *reembolso* do tempo cedido por cada um ao seu vizinho, mas sim sobre a totalidade da tarefa a realizar. Na prática, o favor que o vizinho fez ao auxiliar em um dia de trabalho, só fica devidamente pago quando as tarefas por ele designadas (dentro do mesmo contexto, naturalmente) ficarem concluídas, no caso concreto, dois dias de trabalho. Assim se verifica que, aquele que à partida se encontra numa posição menos privilegiada, na medida em que possui uma colheita menor – que é traduzida por uma exploração agrícola de menor dimensão, logo ocupando uma posição socio-económica mais baixa - acaba por ser, mais uma vez, colocado numa posição de reciprocidade injusta. No entanto, convém salientar que esta prática é comummente aceite e nem sempre vista como um claro exemplo de desigualdades e muito menos de exploração das camadas sociais colocadas num patamar mais baixo pelas que se encontram numa posição privilegiada. É tido em linha de conta, e é notória a ausência

³ - O termo *casa* aqui utilizado não se refere, naturalmente, ao edifício propriamente dito, mas sim ao conjunto família - exploração agrícola.

de crispação social dentro do universo comunitário relativamente a esta questão, toda uma série de *atenuantes* que contribuem para a aceitação geral desta realidade. Se por um lado as casas mais abastadas beneficiam com a troca de mão-de-obra dentro deste contexto, também suportam maiores custos em todo o processo, nomeadamente com a alimentação de todos aqueles que participam nos trabalhos agrícolas e que nesta altura se traduz em refeições⁴ substancialmente melhoradas, envolvendo-se toda a jornada de trabalho num ambiente de festa. Aqueles que contribuem com o seu trabalho, mesmo aqueles que claramente se encontram numa situação deficitária nesse aspecto, também obtêm benefício, com mais um dia, que apesar de laborioso, não deixa de patentar a sua faceta festiva. Poderá ser, à luz da realidade actual, um pouco estranho, mas durante muito tempo, em Barroso, o facto de haver uma ou duas boas refeições no mesmo dia, era motivo mais do que suficiente para que muita gente encarasse um dia de trabalho árduo (apesar das contrapartidas da reciprocidade), como um dia festivo e aceite de bom grado.

As práticas comunitárias vivem e sobrevivem numa proporção directa das necessidades que cada um dos núcleos privados e pessoais apresentam, só se justificando a sua

⁴ - Em Barroso, a designação das várias refeições diárias assume algumas diferenças, relativamente a muitas outras regiões do país. De manhã cedo, ao levantar da cama, toma-se o *mata-bicho* – refeição ligeira para quebrar o jejum, não raramente acompanhada (por vezes representando a refeição na sua totalidade) por um copo de aguardente ou, principalmente de inverno, composta por um *Caldo d' Unto* (espécie de sopa feita à base de água, sal, alho, pão centeio e unto de porco); a meio da manhã toma-se o *almoço* – esta refeição já tende a ser mais substancial, composta, normalmente por carne de porco cozida e já fria, acompanhada com vinho; ao início da tarde, com os trabalhos diários bem encaminhados, toma-se o *jantar* – esta sim, a refeição principal, assumindo um carácter especial e quase festivo aquando da realização dos grandes trabalhos agrícolas baseados no sistema comunitário, nomeadamente a *malhada* e a *segada*, onde se faz uma refeição mais melhorada do que diariamente é usual, sendo prática relativamente corrente, o abate de uma cabra para providenciar a carne necessária (uma cabra e, de preferência já velha, visto que os cabritos não são para comer, mas sim para se tornarem numa fonte de receita, através da sua venda); ao fim da tarde come-se a *merenda* – refeição parecida com o almoço, à base de carnes fritas, fumeiro e vinho; à noite, é hora da *ceia* – última refeição da jornada (pelo menos para aqueles que tinham possibilidades de comer cinco refeições por dia), sendo esta de carácter mais leve, normalmente constituída à base de sopa e pão.

existência enquanto suporte ou motor de uma dinâmica dos sistemas produtivos privados que, como é óbvio, se traduzem na manutenção de diferentes estatutos sócio-económicos.

Assim, a existência de espaços físicos comunitários, para além de apresentarem a sua necessidade prática, detêm em si mesmos um simbolismo social que permite a manutenção de um pólo de coesão absolutamente indispensável numa sociedade que, apesar das aparências, é extremamente individualizada.

3. Os espaços físico e social

A Geografia é, de facto, a ciência dos espaços. É neles, e nos diversos conjuntos passíveis de por eles serem formados, que ela encontra o seu objecto de estudo e consequente alimento para o seu trabalho e evolução. A mera descrição de espaços qualificáveis numa perspectiva geográfica é, sem dúvida, uma característica basilar da Geografia, mas não é, de todo, aí que termina o seu percurso ou se esgota o seu trabalho. Mais do que a descrição de um determinado espaço, importa estabelecer relações, quer de carácter interno, quer de carácter externo, pois a descrição de um qualquer espaço, por mais detalhada e profunda que seja não implica, por si só, uma análise ou referência sequer às relações que se produzem no seu interior. Um espaço, por mais bem delimitado que se encontre (admitindo que esta hipótese é praticável!) nunca é uma entidade estática, possuindo uma dinâmica própria de características particulares e evolução contínua, não sendo admissível uma qualificação com base numérica que observe, mesmo que seja de forma relativa, uma adjectivação do tipo “grande” ou “pequeno”. Para um geógrafo, as perspectivas de trabalho ou abordagens sistemáticas sobre um determinado sistema ou espaço afiguram-se de tal quantidade e forma que toda e qualquer tentativa para espalhar as opções dentro da absoluta certeza de um simples número se apresentam sem sentido ou demasiado abstractas para serem tidas em consideração.

Importa pois, mais do que procurar espaços e seus eventuais limites, analisar toda uma série de relações que, de forma mais ou menos contínua, se produzem, transformam e evoluem. Se, como referi anteriormente, a Geografia é a ciência dos espaços, o seu objecto deverá atender com prioridade às relações que nesses espaços se verificam pois, se como ciência lhe compete encontrar respostas, é nesse campo que poderá formular as questões – condição primeira e essencial na busca de respostas.

No que diz respeito ao fenómeno do Comunitarismo, qualquer abordagem que se queira fazer com o mínimo de rigor científico e pretendendo uma abrangência satisfatória, tem que ter em atenção quer o espaço físico, quer o espaço social. Muitas vezes (quiçá sempre e de forma constante) estes dois espaços possuem uma inter-relação de tal modo estreita que à mínima evolução de um deles, se detectam alterações no outro.

O espaço físico do Comunitarismo é um espaço altamente socializado, não sendo, no entanto, idêntico ao espaço social, mesmo na sua forma mais abstracta. Aquele é, efectivamente, influenciado por este, numa relação estreita, constante e recíproca, onde os moldes de cada um se vão refazendo consoante as influências advindas do outro.

As estruturas sociais sobre as quais se baseia o Comunitarismo agro-pastoril têm uma ligação muito estreita com a criação e manutenção de espaços, quer sejam físicos, quer sejam espaços sociais, sobre os quais assentam e tomam forma as estruturas sociais e a sua estratificação.

Os espaços físicos, pela sua natureza, desempenham um papel preponderante no universo comunitário, servindo de suporte às actividades humanas, neste caso inseridas num âmbito comunitário. No entanto, estes espaços físicos ultrapassam em muito uma simples condição de cenários onde se desenvolvem acções comunitárias, comportando em si mesmos, de forma intrínseca, a génesis e o devir de alguns dos espaços sociais.

De todos os espaços que possam ser distinguidos no Comunitarismo, sejam físicos ou sociais, o baldio é sem dúvida aquele que se reveste de maior importância, sendo, um espaço físico que ocupa, na maior parte dos casos, uma área bastante considerável relativamente à área total disponível, com enorme significado social que intrinsecamente encerra, ocupando um lugar nuclear em toda a dinâmica da comunidade. O seu estatuto é tal, que a sua dimensão, assim como a sua existência ou inexistência, influencia de forma determinante o Comunitarismo propriamente dito. É um espaço onde a ideia comunitária está bem patente e onde se desenvolve um sistema de ocupação e fruição territorial de génese bem distinta da observada no âmbito da propriedade privada.

Aqui, e ao contrário da definição dada em determinadas zonas do país, nomeadamente nas regiões do sul, o termo *baldio* não significa “terra de ninguém” ou “terreno abandonado”, encontrando-se significado para este último numa parcela de terreno que, embora seja pertença de alguém, não seja objecto de qualquer aproveitamento ou usufruto. Muito pelo contrário, o baldio em Barroso, principalmente numa perspectiva comunitária, é uma área de contornos bem definidos quanto à sua utilização e utilizadores. Está definitivamente absorvida e interiorizada a ideia de propriedade comunitária no que diz respeito aos baldios, não havendo margem para interpretações discrepantes. O baldio é o espaço comunitário por excelência, fruto de uma gestão territorial moldada por séculos de existência e gerido de acordo com o direito consuetudinário.

Sem o baldio, o pastoreio da generalidade dos efectivos pecuários, e principalmente de ovinos e caprinos, seria indubitablemente impraticável, pelo menos nos moldes actuais e sem descurar toda uma série de actividades agrícolas igualmente importantes na microeconomia familiar do mundo rural barrosão. A viabilidade da prática pecuária de criação de ovelhas e cabras em Barroso passa, quase que obrigatoriamente, pela existência de baldios, não se perspectivando uma solução factível para o desenvolvimento ou manutenção desta actividade económica na ausência deste espaço comunitário.

As extensas áreas de baldio estão geralmente localizadas na periferia da aldeia, sendo constituídas por terrenos incultos, raramente se observando outros usos que não sejam o pastoreio, a obtenção de matos com os quais se fazem as *camas*⁵ dos animais nos estábulos para um posterior aproveitamento agrícola sob a forma de esterco e as lenhas para cozinhar e para as fogueiras do Inverno, que em Barroso se pode dizer que dura nove meses (segundo o adágio: “*Em Barroso há nove meses de Inverno e três de Inferno*”) durante os quais, segundo a sabedoria popular “*o fogo é meio sustento*”. Com efeito, é do baldio que provém a maior parte das lenhas que servem de suporte à manutenção diária do lar.

Sob um ponto de vista da hipsometria, o espaço ocupado pela aldeia é, normalmente o de uma posição intermédia, sendo a área de baldio quase sempre localizada em cotas mais elevadas, em contraponto com as parcelas de terreno privadas que se assumem como sendo de cultivo, juntamente com os lameiros e, na periferia imediata da aldeia ou no seu interior, as hortas familiares. Em termos esquemáticos, o baldio poderá ser considerado como uma cintura envolvente quer da aldeia, quer da totalidade dos terrenos agricultados, sendo assumido, na maior parte dos casos, como o próprio limite do território da aldeia. A localização do núcleo habitacional é, geralmente, fruto de um povoamento ancestral e de uma evolução natural de ocupação de espaços que o Homem praticou de acordo com as condicionantes físicas com que se deparou. Principalmente nas zonas mais montanhosas de Barroso, observa-se uma implantação de meia-encosta na localização no núcleo populacional.

⁵ - Esta prática muito vulgarizada, não só em Barroso, consiste no corte de mato (plantas arbustivas e herbáceas), nomeadamente o tojo (*Ulex minor*), a carqueja (*Genistella tridentata*), a queiró (*Calluna vulgaris*) e a urze-cinzenta (*Erica cinerea*), que são posteriormente depositados na corte do gado. Esta acção tem uma finalidade dupla: ao mesmo tempo que proporciona conforto aos animais, nomeadamente durante a estação mais fria, a adição, por estes últimos, dos dejectos, vai fomentar, através de vários processos de fermentação, a criação de um excelente adubo orgânico, designado *esterco*, que servirá posteriormente para adubar os campos, nomeadamente aqueles que irão receber a cultura do centeio e da batata.

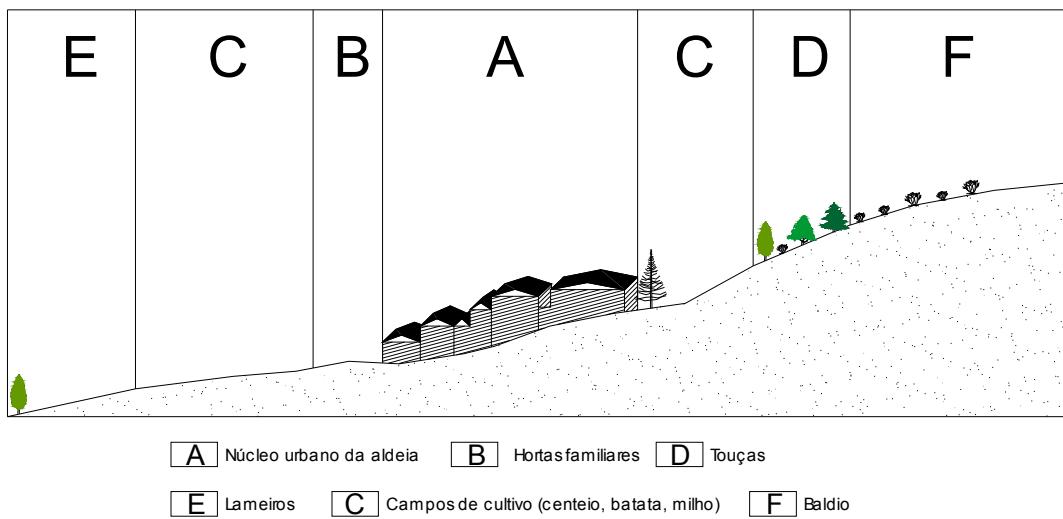


Diagrama esquemático dos espaços da aldeia (vista lateral)

A aldeia encontra-se implantada em áreas que garantam uma maior habitabilidade e um maior grau de conforto, por norma na vertente mais soalheira de uma encosta com o mais baixo declive. Os prados permanentes ou lameiros encontram-se nas cotas mais baixas, em terrenos alagadiços ou ao longo das linhas de água. Entre estes dois espaços localizam-se os terrenos de cultivo, sendo por norma atribuídas as cotas mais altas aos terrenos que venham a acolher um regime de sequeiro, o que permite uma gestão mais valorizada da água de rega.

Nas cotas mais elevadas é onde se encontram as áreas de baldio, logo após as zonas de bosque e matas privadas, denominadas *touças*, normalmente constituídas por um conjunto vegetal arbóreo que engloba o Carvalho (*Quercus rubor* e *Quercus Pyrenaica*) e o Videiro (*Betula Celtiberica*), e os *tapados*, parcelas de terreno de uso misto, arbóreo e para pastoreio, principalmente durante a época das colheitas.

Enquanto espaço social, o baldio encerra em si mesmo uma magnitude muito superior do que aquela que pode ser quantificável ou qualificável sob um ponto de vista dimensional. A sua grandeza ou importância não se resume à área por ele ocupada ou à

amplitude do seu significado económico no contexto dos ecossistemas produtivos de Barroso.

Existe uma relação intrínseca entre a comunidade enquanto tal e os diversos indivíduos com o baldio. É um sentimento de pertença que vai realçar a importância deste espaço, não só o sentir que aquela parcela de território pertence à comunidade, mas também que a própria comunidade e os indivíduos e agregados familiares que a constituem se acham parte integrante de um todo coeso e solidário.

Como mecanismo de coesão social, o baldio é fundamental. Personifica uma identidade global da aldeia enquanto comunidade, e não como um simples aglomerado populacional. Todos têm direitos e deveres sobre o baldio e, como tal, agem em conjunto, não só porque é uma necessidade, mas também uma obrigação moral e social. A gestão do baldio implica um participação de todos, seja para cumprir com as respectivas normas e obrigações, seja para colher os frutos dos direitos de cada um.

4. A perda de força do Comunitarismo – Factores condicionantes

São muitos e de várias ordens os factores que, ao longo do tempo, têm vindo a contribuir para a progressiva degradação dos laços sociais traduzidos nas práticas comunitárias em que se apoiava a estruturação e funcionamento da sociedade rural barrosã.

A perda de força das instituições aldeãs e das relações comunitárias iniciou-se na década de trinta do séc. XX e coincidiu com as mutações ocorridas nas condições gerais de funcionamento do sistema agro-pastoril, devidas à progressiva integração mercantil da população barrosã. Durante o período agro-pastoril, a comunidade barrosã vivia em quase completa autarcia, por força do isolamento motivado pela falta de vias e meios de

comunicação com o exterior – apenas existiam caminhos de pé posto. Os contactos com o exterior, os acessos aos mercados eram, por força das circunstâncias, reduzidos ao mínimo indispensável: de Barroso saíam os vitelos e algumas cabras que chegavam aos grandes mercados do litoral pelo seu próprio pé; à região pouco mais chegava do que o sal “imprescindível” e algum vinho, transportados pelos almocreves.

Em 1934 foi concluída a ligação por estrada da sede do concelho com Braga e com Chaves, rompendo-se o isolamento a que Barroso tinha estado sujeito. A partir daí, e de forma gradativa, foi-se processando a integração da sociedade rural barrosã na economia de mercado. Este processo acentuou-se nas décadas de quarenta e cinquenta, mercê do incremento da produção de batata-semente que, nessa época, foi objecto de grande procura e valorização, estando na origem de um surto de progresso económico até então nunca visto em Barroso.

Estes factos tiveram grande repercussão e provocaram grandes mudanças no quadro do aproveitamento dos recursos e no quadro das relações sociais que caracterizavam o sistema agro-pastoril.

A maioria das famílias barrosãs, que até então produzia, prioritária quando não exclusivamente, para satisfazer as necessidades do auto-consumo e, dessa forma, assegurar a sua reprodução social e económica fora da esfera mercantil, integrada num sistema comunitário, que quase dispensava o recurso a disponibilidades monetárias inexistentes ou sempre escassas, passou a dispor de recursos monetários significativos que, de certa forma, as dispensavam da manutenção das estreitas relações de interdependência com os vizinhos.

Isto teve como consequência a emergência de manifestações dum maior individualismo e dum gradual diminuição das relações aldeãs de sociabilidade em que se apoiava o Comunitarismo.

O desenvolvimento das relações de mercado constitui, sem dúvida, um factor decisivo na mudança do quadro social em que se apoiava a economia barrosã.

Também importante neste processo foi a atitude do poder central face ao Comunitarismo, principalmente após o advento do Estado Novo. Já anteriormente a reforma administrativa de 1895, que preconizava a divisão dos baldios e a sua redução a propriedades privadas, tinha constituído um primeiro sobressalto, que não teve consequências de maior porque não chegou a ser aplicada em Barroso devido à oposição e resistência das populações. Depois disso houve ainda várias tentativas de desamortização que não resultaram até que, durante o período do Estado Novo, foram adoptadas políticas que provocaram graves convulsões na sociedade rural barrosã.

A existência de organizações sociais de base, independentes do poder central, como eram as aldeias comunitárias, não se coadunava com a política centralizadora do Estado Novo, em que as decisões deveriam partir do topo para a base, do centro para a periferia. Daí que fossem surgindo interferências redutoras da força comunitária, nem sempre muito visíveis, levadas a cabo pelas entidades locais nomeadas pelo poder central.

De maior importância foram as medidas de política de florestação dos baldios, implementadas a partir da década de quarenta.

A florestação indiscriminada e maciça dos baldios, sem ter em conta a função sócio-económica que eles desempenhavam, no contexto da economia agrária das comunidades que deles usufruíam, contribui enormemente para o descalabro das instituições aldeãs que, até então, os geriam.

As decisões de florestação foram quase sempre tomadas sem atender às solicitações das comunidades. Aos guardas florestais foi atribuída autoridade para decidir sobre a fruição de todo o baldio da aldeia, estivesse ou não a ser objecto de florestação. Eram eles quem decidia onde podia roçar-se o mato para as camas do gado e cortar as lenhas

destinadas ao aquecimento, sendo responsáveis pelo respectivo licenciamento, na figura de licenças individuais e obrigatórias, fazendo, quase sempre, tábua rasa dos usos e costumes tradicionais. Acrescia que nas zonas florestadas era proibido apascentar os gados.

As populações reagiam, mas, impotentes, acabavam por se submeter, pelo menos aparentemente. Os fogos, que com frequência destruíam as florestações, indicavam que essa submissão era mais aparente do que real.

Pode afirmar-se que o processo de submissão dos baldios ao regime florestal, tal como foi realizado, constituiu uma grande machadada nas instituições comunitárias aldeãs e no seu funcionamento.

Do acabado de referir, não deve inferir-se, no entanto, que a florestação em baldios não se justificava. Deveria simplesmente ter-se processado em moldes que excluíssem a florestação indiscriminada e tivessem em devida conta a função económica e social que eles desempenhavam, o que poderia ter-se conseguido, promovendo um racional ordenamento silvo-pastoril que salvaguardaria os interesses das populações.

Entretanto, após o 25 de abril, a responsabilidade pela gestão dos baldios foi restituída às comunidades, mas os efeitos dos erros e vícios, acumulados no período anterior, não foram totalmente anulados.

Outro factor importante, que contribuiu para a degradação das comunitárias, foi o grande surto de emigração que ocorreu durante as décadas de sessenta e setenta e que despovoou Barroso.

Como consequência da emigração massiva, verificaram-se profundas mudanças no quadro das relações sociais em Barroso e no quadro do aproveitamento de recursos. A enorme redução da força de trabalho familiar obrigou a adoptar novas lógicas de gestão dos recursos, bem como novos trajectos das estratégias familiares e das estruturas

sociais. Entretanto foi ocorrendo a mecanização da agricultura barrosã, tendo este processo contribuído também para minimizar a relevância de algumas das usuais práticas comunitárias. Verificou-se, nomeadamente, que, com o incremento da mecanização, a entre-ajuda, embora continuasse a ser praticada, perdeu a importância crucial que até então detinha no quotidiano da vida na aldeia.

Resumindo, constata-se que, devido aos factores que têm vindo a ser referidos e que ocorreram ao longo do último século, na actual vivência quotidiana da sociedade rural barrosã apenas se detectam, de forma já muito diluída, os traços estruturais que caracterizavam e, por assim dizer, constituíam a *imagem de marca* da sociedade agro-pastoril e dos hábitos e práticas comunitárias que a enformavam.

A título de conclusão, poder-se-á, no entanto, afirmar que, não obstante as profundas mudanças que ocorreram no decurso do último século, boa parte das práticas comunitárias que aqui foram referidas ainda hoje encontrariam razoável justificação, desde que devidamente ajustadas às realidades sócio-económicas actuais.

Em justificação desta afirmação, poderá ser citado o caso da gestão dos baldios, que consideramos um caso paradigmático.

Como já foi referido, a produção pecuária em regime extensivo de pastoreio – com vista à produção de vitelos, cabritos e cordeiros, cuja carne de qualidade atinge grande valorização – constitui actualmente a actividade mais importante, sob o ponto de vista económico, das explorações agrícolas de Barroso.

Porém, ao nível da propriedade privada, o dimensionamento dessa actividade é limitado e mesmo recorrendo às pastagens espontâneas dos baldios, no seu estado actual, fica muito aquém do desejável e possível.

Na realidade, os baldios, dadas a sua dimensão e características, encerram um potencial de produção forrageira muito elevado, que está longe de ser convenientemente aproveitado e valorizado.

Importa portanto, no contexto duma política de desenvolvimento auto-sustentável, apoiado nas potencialidades locais, promover a utilização plena das potencialidades forrageiras dos baldios.

Para alcançar esse objectivo há que organizar em novos moldes o aproveitamento forrageiro dos baldios, o que passa pela necessidade de efectuar investimentos comuns e assegurar a sua conservação pelos vizinhos, bem como estabelecer regras de repartição dos custos e das receitas correspondentes às novas modalidades de fruição da propriedade comunal.

Como é óbvio, todo este processo implica o envolvimento pleno das instituições aldeãs, só possível de ser conseguido no quadro das relações comunitárias, visando o reforço da organização comum para a valorização do espaço comum.